Ata da Reunião extraordinária da câmara setorial 11/01/2017

Aos onze dias do mês de janeiro de 2017, reuniram-se nas instalações do Instituto Federal de Santa Catarina – Campus Itajaí os membros da Câmara Setorial da Pesca, em reunião extraordinária. O Coordenador da Câmara, Prof. Roberto Wahrlich (Univali) abriu a reunião informando que a ata da reunião realizada em dezembro de 2016 será aprovada na próxima reunião ordinária marcada para o dia dois de março. Seguiu apresentando a pauta desta reunião, que é o ordenamento da tainha e a lei municipal que proíbe a captura de isca viva para a pesca de atum no litoral de Florianópolis. Em seguida foi feita a apresentação dos presentes, sendo ressaltada a presença dos representantes da Associação dos Pescadores Profissionais Artesanais de Emalhe Costeiro de Santa Catarina (APPAECSC), entidade que não compõe a Câmara e que foi convidada para esta reunião pelo representante da Secretaria Estadual de Agricultura e Pesca. Roberto comentou que o procedimento para ingresso de novas entidades na Câmara será discutido na próxima reunião ordinária, assim como o regimento interno, que possui uma minuta antiga que já foi enviada aos representantes da Câmara. Foi ressaltada a importância da ampla participação de entidades de representação do setor produtivo de Santa Catarina. Foi sugerida a inversão da pauta, aceita por todos. Iniciando o assunto da Lei nº 9419/2013 da Câmara Municipal de Florianópolis que proíbe a pesca de isca viva no Município, foi sugerido que o CEDERURAL fizesse uma consulta ao MAPA para verificar a validade dessa lei. Roberto (Univali) sugeriu que também fosse feita uma consulta à Superintendência Estadual do IBAMA. Bailon (Sindipi) mencionou que existe uma lei no município de Itapema que também pretende proibir a captura de isca viva. No caso de Florianópolis sugeriu que a Câmara Setorial elabore um documento para a Câmara de Vereadores questionando e esclarecendo sobre a impropriedade dessa Lei e solicitando a sua revogação. O representante da Polícia Ambiental comentou que enquanto essa Lei estiver em vigor eles deverão fiscalizar o seu cumprimento; e que somente foram informados sobre essa Lei a partir de uma denúncia ocorrida no Pântano do Sul, quando foi feita uma advertência ao barco atuneiro, sem aplicação de multa. Os representantes da APPAECSC informaram que não tinham conhecimento dessa Lei, relatando a existência de

conflitos entre pescadores da praia dos Ingleses e barcos atuneiros. Wilson (Sindipi) levantou preocupação com a criação de leis por vereadores sem levar em consideração outras legislações. O representante do IBAMA comentou não ter conhecimento dessa Lei e nem que o IBAMA teria aplicado a mesma, e que a considera inconstitucional, já que a União e o Estado podem legislar concorrentemente, mas não o Município. Os representantes da Polícia Ambiental sugeriram que seja feita uma consulta sobre a elaboração dessa Lei à Câmara de Vereadores e verificar se foi sancionada pelo prefeito. O representante da Fepesc colocou que quando não há sanção do prefeito a lei pode ser sancionada pelo presidente da câmara. Ele comentou a existência de uma lei no município de Porto Belo que veda a captura de isca-viva a uma distância de 1 milha da linha de costa, ficando de enviar uma cópia da mesma à secretaria da Câmara Setorial. Por fim concordou que havia problemas na lei de Florianópolis e sugeriu que houvesse um diálogo com a Câmara de Vereadores de Florianópolis visando à revogação ou modificação da mesma. O representante do MAPA manifestou o seu entendimento de que essa Lei municipal é inconstitucional pela falta de competência dos municípios em legislar sobre o assunto. Outra sugestão foi de que as partes diretamente afetadas, como o Sindipi e o Sitrapesca, entrem com uma ação na Justiça para garantir a segurança jurídica da atividade. Roberto (Univali) sugeriu que a questão da municipalização de normas de pesca, a exemplo de Itapema e Porto Belo, seja trazida para Câmara como demanda para as próximas reuniões. Janaína (IFSC) sugeriu que seja levantada como pauta futura a discussão de conflitos locais entre os setores artesanal e industrial. Wilson (Sindipi) comentou que houve uma redução da captura de isca em Santa Catarina, em função do uso da Anchoíta. Agostinho (Fiesc) sugeriu que no futuro possa ser elaborada uma lei Estadual da Pesca, ou código Estadual da Pesca. Roberto (Univali) propôs a discussão do próximo item de pauta, o ordenamento da pesca da tainha, questionando os presentes sobre o que pretendiam nesta pauta de reunião e quais seriam os objetivos dessa discussão. Abriu a palavra para Agnaldo (Sindipi), que sugeriu que esta reunião deve definir o que se quer para Santa Catarina para a pesca da tainha; desenvolver uma proposta para levar ao CPG Pelágicos. Roberto (Univali) esclareceu aos presentes o que é o CPG Pelágicos e informou sobre os

encaminhamentos da primeira reunião desse comitê realizada em outubro de 2016. Falou ainda sobre o Plano de Gestão da Tainha e a Instrução Normativa Interministerial em vigor. Bailon (Sindipi) falou sobre o encaminhamento daquela reunião do CPG Pelágicos de se criar grupos estaduais de apoio ao sistema de gestão compartilhada, e que a Câmara Setorial deveria ser esse grupo representando o estado de Santa Catarina. Manoel (Maneca), falando em nome dos pescadores industriais, defendeu o sistema de cotas e um período de pesca de 60 dias, do dia primeiro de maio até trinta de junho, para todas as modalidades. Propôs que as autorizações de pesca sejam liberadas no mínimo trinta dias antes do início da temporada de pesca. Que as áreas sejam respeitadas nas questões de segurança de navegação, conforme norma da Capitânia dos Portos. Que as informações tem que ser claras sobre os limites de captura e onde vão ocorrer os desembarques. Roberto (Univali), falou que estes assuntos serão discutidos após se ouvir os demais inscritos para manifestação inicial sobre o tema. Konstantinos (Sinpescasul) também defendeu a questão das cotas, dizendo que é uma proposta antiga. Mas que o problema é o tamanho das cotas e como ordenar e dividir, pois faltam dados. Que existem dados de exportação de ovas e comércio, que são mais reais. Que o período de pesca não deve ter restrição e sugeriu a adoção de um sistema de rodízio entre grupos de 40 embarcações industriais de cerco autorizadas a cada ano. Levantou a preocupação sobre a questão da qualidade sanitária da tainha capturada na beira da praia. Representantes da APPASCC comentaram que têm sido autorizadas somente embarcações de até 10AB, sem casario e sem porão para armazenamento do pescado. Que as embarcações de sua associação têm até 20 AB. Que em 2015 e 2016 as embarcações de 11 a 20 AB ficaram fora da safra da tainha, pois todas usam anilhas na rede. Que a maioria das embarcações tem casario e porão, e que estas não puderam pescar. Quem em 2015 só foram autorizadas 70 embarcações de 1 a 10 AB, mas trinta e três embarcações ficaram de fora. Que, segundo a Lei, embarcações de 1 a 20 AB são usadas na pesca artesanal. Que para a pesca artesanal não serve o rodízio de embarcações. Por fim, ressaltaram que no momento têm expectativa de que a definição dos critérios para autorização de embarcações para a pesca da tainha em 2017 ocorra no máximo até o final de fevereiro. Roberto (Univali) levantou a

necessidade de que todas as entidades que representam os pescadores de Santa Catarina possam ser ouvidas e estar representadas na Câmara Setorial. Agostinho (Fiesc) sugeriu que as propostas sejam colocadas no papel e sistematizadas para encaminhamento à Comissão de Pesca da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, que está mobilizada na questão da pesca da tainha no Estado. Sugeriu a elaboração de uma Lei Estadual da Pesca, conforme já feito pelo Rio Grande do Sul. Roberto (Univali) sugeriu que seja feita uma aproximação entre a Câmara Setorial e essa Comissão. Bailon (Sindipi) informou que foi dado um prazo de vinte dias para encaminhamento de sugestões ao CPG Pelágicos. Que o CONEPE, que representa o Sindipi nesse CPG, enviou documento com propostas dentro desse prazo. Que o Plano de Gestão inviabiliza a atividade de pesca industrial. Que não houve novas informações para alterar o Plano de Gestão. Que somente a ONG Oceana apresentou uma proposta de limitação de cota de captura, mas que isso não é o suficiente para atender as demandas. Que o setor industrial considera que a limitação de uma cota é a única alternativa nesse momento, porém na reunião do CPG Pelágicos o MMA se manifestou contrário alegando dificuldade de controle. Assim, o que se busca é definir o tamanho da cota e discutir os critérios de acesso. Que se deve apresentar algo factível ao Governo Federal e cobrar as medidas de controle e monitoramento, ou então trabalhar para reverter as medidas previstas no Plano de Gestão. Diego (MAPA), lembrou que em onze de maio de 2016 foram publicadas as portarias números 2 e 3 com os critérios de acesso para a safra de 2016 e que até o próximo dia trinta de janeiro a minuta das portarias para a safra de 2017 serão elaboradas pelo MAPA tendo como base as portarias do ano anterior. Roberto (Univali) pontuou que os critérios de acesso estão atrelados à Portaria Interministerial 4/2015 e ao Plano de Gestão, o que limita as possibilidades de mudança em relação ao ano anterior. Wilson (Sindipi), comentou que a rede de anilhada deveria ser chamada de rede de cerco artesanal. Roberto (Univali) observou que as discussões até o momento convergem para dois assuntos: critérios de acesso e cotas de captura. Sérgio (SAR), sugeriu que os critérios de acesso sejam alterados para safra de 2017 e se continue a discutir a questão de cotas para 2018. Bailon (Sindipi) informou que até o momento o MAPA e o MMA não se reuniram na CTGP para discutir a possibilidade de

criação de uma Câmara Técnica (CT) ou Grupo de Trabalho (GT) para o plano de Monitoramento e Controle da Tainha, o que deveria ter ocorrido em dezembro/2016. Sugeriu que esta Câmara Setorial elabore uma proposta para o monitoramento e controle da safra da tainha em Santa Catarina. Roberto (Univali) comentou que Santa Catarina tem condições de organizar o monitoramento e controle da pesca da tainha através das instituições representadas na Câmara Setorial, sugerindo que o Estado inicie logo este processo. Agostinho (Fiesc) sugeriu que as propostas sejam enviadas para o secretário da Câmara Setorial (Sérgio/SAR) por email e que as mesmas sejam organizadas e enviadas para a bancada catarinense no Congresso Federal. A Fepesc informou que é favorável a cotas de captura, mas que deveria ser utilizado como critério de acesso a portaria de 2012 que não limitava o tamanho da embarcação para o uso de redes anilhadas. Que irá encaminhar para a Câmara Setorial os documentos com as propostas das Colônias de Pescadores sobre o ordenamento da pesca da tainha, os quais já foram enviados para o CPG Pelágicos. Roberto (Univali) ressaltou que a atual regulamentação da pesca da tainha segue o que está disposto no Plano de Gestão publicado em 2015. Que esse Plano é muito restritivo por considerar a espécie quase ameaçada pela pesca excessiva, sem dispor de uma avaliação do estoque que demonstrasse qual seria a quantidade de captura sustentável. Que o potencial de captura sustentável da tainha foi estimado pela primeira vez no âmbito do Projeto Tainha, realizado pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG) através da Chamada CNPq-MPA 042/2012. Que esse estudo utilizou dados históricos de desembarques e de esforço de pesca nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo. Que no início de 2016 a ONG Oceana financiou uma atualização e aperfeiçoamento daquele estudo, contratando os mesmos pesquisadores que trabalharam no projeto da FURG, visando obter valores de referência para possibilitar a introdução de um sistema de gestão baseado em cotas de captura para a pesca da tainha. Esse novo estudo ratificou que o estoque Sul da tainha se encontra sobrepeçado (tem menos peixe no ambiente do que seria necessário para se obter o máximo rendimento sustentável na pesca) e em sobrepesca (a taxa de mortalidade por pesca está acima do nível sustentável, levando à redução da quantidade de peixes no ambiente ao longo do tempo). Porém esses resultados indicaram que

a situação do estoque da tainha ainda não é tão alarmante como ressaltado no Plano de Gestão. Disse ainda que agora existe uma base de referência para se seguir no ordenamento da pesca. Que é necessário gerar dados de maior qualidade para se melhorar a avaliação dos estoques nos próximos anos. Que o método de avaliação de estoques a partir dos desembarques não é considerado o mais preciso de todos, porém é o único estudo científico que existe no momento. Que foi uma sentença da Justiça Federal que cobrou do Governo a elaboração do Plano de Gestão, e que nesse Plano foi prevista a diminuição da frota de cerco em 20% ao ano até que se tivesse a definição do tamanho de estoque e da captura sustentável. Hoje já se tem a definição do tamanho do estoque e isso deveria ser incorporado ao Plano de Gestão. Que somente com a existência dessa avaliação de estoque se tem possibilidade de definir cotas de captura para a pesca da tainha. Que a implantação de um sistema de cota de captura para a tainha parece ser consenso entre todo setor produtivo, mas que isso não está pronto pois falta a implementação do monitoramento e controle, além da definição do tamanho da cota e da sua divisão entre os segmentos do setor produtivo. Que é preciso garantir o monitoramento e controle, e para isso o setor pesqueiro de Santa Catarina deve se mobilizar em desenvolver isso através da Câmara Setorial ou pela criação de um grupo de trabalho. Que Santa Catarina tem condições realizar o monitoramento e controle da pesca da tainha já neste ano. Bailon (Sindipi) propôs estabelecer um prazo para elaboração de propostas de monitoramento e controle em Santa Catarina. Que os órgãos de fiscalização também podem participar deste esforço. Konstantinos (Sinpescasul) afirmou que a fiscalização da pesca industrial é fácil, bastam três pontos de desembarque, com entrega do mapa de bordo e declaração do local do desembarque. Que é um ato declaratório, com margem de erro de 10%, também se pode ter como base a nota fiscal. Que se existir cota não precisa limitar áreas e períodos de pesca. Que cada setor divide a sua cota. O representante do Sindipi sugeriu que todas as entidades apresentem suas propostas em até dez dias para a Câmara Setorial. Konstantinos (Sinpescasul) sugeriu que o Sindipi obtenha declarações/notas das compras de tainha das principais empresas no período de 2010/2016, e pela Camex buscar o total de ovas exportadas. O representante da Polícia Ambiental declarou que considera muito difícil ter

alguém para fiscalizar cada local de desembarque durante toda a temporada de pesca. E que existe grande risco de a cota ser fraudada pela dificuldade de fiscalização, mas observou que a pesca industrial tem sistema de rastreabilidade que dificulta a fraude. Bailon (Sindipi) sugeriu sistemas de sanções para os infratores. Rodrigo (MAPA), levantou dificuldades para fiscalizar os artesanais. Os representantes da APPAECSC afirmaram que a pesca artesanal tem vários pontos de descarga e que as Colônias poderiam ficar responsáveis por este controle. Que o artesanal deveria poder pescar de uma milha para terra com redes de emalhe sem anilha. Que a rede lisa fica mais próximo da costa e tem pouca captura. Que hoje todos pescadores precisam emitir nota de produtor. Que a Colônia de Porto Belo tem controle de captura, que em Florianópolis não tem esse controle. Que se deveria incentivar o uso de porão nas embarcações artesanais para conservação dos peixes. Roberto (Univali) se propôs a reunir com as entidades dos pescadores artesanais na próxima semana para buscar informações e propostas para a Câmara Setorial, além de trazer a contribuição da Univali que atualmente realiza o monitoramento da pesca em Santa Catarina. Que a Câmara Setorial, através do Governo de Estado, poderá pressionar o MAPA para dar andamento ao grupo de trabalho de controle e monitoramento, conforme encaminhamento da reunião do CPG Pelágicos. Que cada setor deve propor a sua posição quanto às cotas, épocas, áreas, número de barcos e autorização de emalhe e rede anilhada. Que para 2017 não daria tempo de implantar as cotas, mas o trabalho necessário para isso deveria ser iniciado desde agora. Sugeriu ainda uma situação intermediária para 2017, focando no aperfeiçoamento dos critérios de acesso dentro dos limites estabelecidos pela atual normativa que regulamenta a pesca da tainha, como por exemplo a exigência de os barcos terem pescado tainha no ano anterior e também possuir autorização de pesca de sardinha. Bailon (Sindipi) ressaltou que se deve apresentar um pacote pronto para tudo. Que não se pode desistir de implantar isso este ano, sendo apoiado pelo representante do Sinpescasul que propôs ainda a eliminação da exigência de entrega de Mapa de Bordo quando o barco sai para pescar mas não realiza captura. Diego (MAPA) propôs que sejam encaminhadas sugestões para modificar os critérios das portarias 02 e 03 de 2016 em tempo hábil para serem consideradas na elaboração das minutas de portarias que definirão os

critérios de acesso para a safra de 2017. Comentou ainda sobre as dificuldades de avaliação das renovações de autorizações de pesca pela falta e erros de documentos apresentados e pela perda de prazos. Representantes da pesca artesanal questionaram a publicação de portarias sem critérios e discussão e da dificuldade de alterá-las posteriormente. Everton (Epagri) mencionou que geralmente os pescadores não participam de reuniões promovidas pelo serviço de extensão para informar sobre alterações na legislação e acabam sem saber das leis vigentes por aparente falta de interesse. Encerrando a discussão sobre a pesca da tainha, ficou definido o prazo de 10 dias corridos para que as entidades enviem à secretaria da Câmara Setorial suas propostas para o ordenamento da pesca da tainha e para os critérios de acesso em 2017. Em seguida, a secretaria irá compilar e organizar essas propostas no prazo de três dias úteis. As questões relativas aos critérios de acesso serão compiladas no corpo das portarias 02 e 03 de 2016, em documento único e com a identificação da entidade proponente, e serão enviadas ao MAPA-SC até o dia vinte e cinco de janeiro. Já as propostas de ordenamento da pesca da tainha serão compiladas também em documento único e com a identificação da entidade proponente. Esse documento compilado será devolvido aos integrantes da Câmara para validação em prazo a ser definido. Caso necessário será convocada uma nova reunião extraordinária para discussão de propostas divergentes ou conflitivas, resultando no posicionamento da Câmara Setorial sobre o ordenamento da pesca da tainha, que norteará a posição do estado de Santa Catarina sobre a matéria frente às instâncias técnicas do Sistema de Gestão Compartilhada do Uso dos Recursos Pesqueiros, bem como no âmbito político estadual e federal. Passando aos Assuntos Gerais, Roberto (Univali) propôs que o ICMBio fosse incluído na composição da Câmara, através do CEPSUL, ampliando as condições da Câmara Setorial em assumir o papel de um grupo estadual de apoio à gestão dentro do Sistema de Gestão Compartilhada. Esta proposta foi aceita por unanimidade, ficando a secretaria incumbida de encaminhar um convite ao CEPSUL/ICMBio. Não tendo mais nada a tratar o Coordenador da Câmara deu por encerrada a reunião, agradecendo ao IFSC pela acolhida em suas instalações em Itajaí e a todos os presentes pela participação nesta reunião.